



Intervenção no património edificado. Conceitos e reflexões

Joana Salomé Campos *

Palavras-chave

Património; Conservação; Restauro; Reabilitação; Edifício; Monumento; Cartas; Arquitectura

Keywords

Heritage; Conservation; Restoration; Building; Monument; Charters; Architecture

Resumo

O conceito de Património que esteve ligado, durante muitos anos, apenas à Arquitectura de carácter monumental, tem vindo a alargar o seu significado. As várias Cartas de salvaguarda do Património foram crescendo em complexidade, abrindo o seu campo de significados. Este passou a contemplar, não só o Monumento, mas também os núcleos históricos e a paisagem, segundo valores intangíveis como a sensibilidade, a afectividade e a memória. À Arquitectura impõe-se ver para além da forma, numa intervenção crítica que vai ao encontro da autenticidade e da identidade de cada edifício ou lugar, de forma a garantir a continuidade do seu significado.

Abstract

The concept of Heritage that was linked for many years, only to the Architecture of monumental character, has been extending its meaning.

The several Charters for the Conservation, Restoration and Protection of Worlds Heritage have been growing in complexity, opening its field of meaning. This came to include, not only the Monument, but also the Historic Towns and the Landscape, according to intangibles values such as sensitivity, affectivity and memory.

In Architecture It is necessary to look beyond the form, in a critical intervention that meets the authenticity and the identity of each building or place, to ensure its continuity.

* Architecta

Património. Esse território vasto de significados, campo de ambiguidades, tradições e contradições. Espelho mais ou menos fiel de uma sociedade em rápida e constante transformação, da comunicação global, do espaço de multidões que se cruzam, no tempo das novas solidões, da apologia do futuro e do saudosismo do passado, da procura de raízes e símbolos que atribuem ao homem um sentido de pertença, de identidade e de imortalidade.

O culto da ideia de Património instalou-se e vulgarizou-se. Contraditoriamente a prática da sua salvaguarda é, ao mesmo tempo, inquestionável e negligenciada pela sociedade contemporânea. Num novo mundo, de excessos, de novos paradigmas, no rescaldo de uma era de total desrespeito pelo território, entre um passado que queremos perpetuar e um futuro que desejamos projectar, há um presente, o momento em que a nossa história se afigura como ponto de partida para estabelecer essa ponte temporal. Há um despertar para um compromisso assumido com o Património, de forma a garantir a sua continuidade. O desenvolvimento sustentável é aquele que compreende o Património numa dinâmica complexa de significados históricos e afectivos, que ultrapassam a barreira da forma e a condição material. O conceito de Património não se limita, actualmente, ao edifício, tendo-se alargado a valores intangíveis. A par da qualidade da construção e das características formais e estéticas, o que torna um edifício ou um núcleo histórico autêntico é o seu valor documental, segundo o qual foram transportadas até nós histórias da vida de uma determinada comunidade, histórias carregadas de significados e simbologias, que devem ser continuadas para serem contadas a outras gerações.

O conceito de Património que esteve ligado, durante muitos anos, apenas à arquitectura de carácter monumental tendo-se posteriormente alargado a outros campos é, no entanto, um conceito recente.

Dos edifícios de grande valor simbólico, como castelos e edifícios religiosos, passou a estender-se a ideia de conservar e restaurar aos núcleos históricos, rurais e urbanos, às praças, às ruas, à arquitectura vernacular, à própria paisagem e a conjuntos edificados que testemunham vivências e as dinâmicas sócio-culturais, desde que estes contribuam para a definição de um Espírito de Lugar¹.

A ideia de Património, como a conhecemos hoje, assim como as preocupações com a conservação e preservação de edifícios, próximos do seu actual significado, começam a esboçar-se apenas no séc. XVIII. Até então, era prática comum a demolição de edifícios existentes, desde que estes deixassem de ter utilidade perante a sociedade. Os edifícios históricos que chegaram até nós quase inalterados foram, na sua generalidade, construções que mantiveram o seu uso e que, por esse facto, foram preservados. Caso contrário o edifício estava condenado à ruína ou à demolição, sendo que alguns dos que mantiveram a sua funcionalidade, foram sendo alterados ao longo dos vários séculos, através de intervenções justapostas que visavam a optimização do espaço e as novas necessidades. Como ilustração deste facto, podemos mencionar o caso concreto de França, que entre os séculos XVII e XVIII viu muitas das suas igrejas góticas serem destruídas para dar lugar a construções de estilo barroco ou neoclássico. Restaurar significava reutilizar as construções disponíveis, renovando-as segundo os paradigmas arquitectónicos e artísticos vigentes na época.

O séc. XVIII protagonizou uma era de mudança, em que a evolução da mentalidade científica permitiu estabelecer uma distinção clara

¹ A noção de Espírito de Lugar (*Genius Loci*), desenvolvida por Norbert Shulz, atribui ao conceito de espaço um significado poético, que está para além da sua localização geográfica e das suas características físicas. A noção está intimamente ligada à sensibilidade do homem que percebe o espaço.

entre a modernização e o passado histórico. Vários factores contribuíram para esta conjuntura. A redescoberta da Antiguidade Clássica traz consigo uma nova consciência cultural, despertando o interesse para os valores da história.

“Pouco a pouco, as antiguidades adquirem uma nova coerência visual e semântica que confirma o trabalho epistémico do esclarecido século XVIII e do seu projecto de democratização do saber. O Museu, que recebe o seu nome quase na mesma altura que o monumento histórico, institucionaliza a conservação material das pinturas, das esculturas e dos objectos de arte antigos e prepara a via da conservação dos monumentos da arquitectura.” (Choay, 2008)

A Europa erudita do século XVIII desperta, então, o seu interesse para a pesquisa da Antiguidade histórica. De destacar são as grandes escavações arqueológicas, levadas a cabo na altura, como em Pompeia, que permitiram, através de levantamentos rigorosos, um conhecimento mais aprofundado e fiel da história.

Perante este cenário, há ainda a acrescentar o contributo de artistas, como Piranesi que, através dos seus desenhos e gravuras, exaltavam o conceito de monumento e valorizavam o culto dos edifícios históricos (Fig.1).

Podemos considerar-se que a Revolução Francesa é o momento de viragem, no que diz respeito ao conceito de salvaguarda do património, mais próximo do significado que conhecemos. De forma a deter o vandalismo ideológico, relacionado com a monarquia, a religião e o feudalismo, que se concretizou no desaparecimento e degradação de vários monumentos e obras de arte importantes (com maior incidência em bens ligados ao clero), foi criado um conjunto de normas, considerado pioneiro para o desenvolvimento de políticas de intervenção em edifícios históricos. Foram levantadas questões relativas à selecção de edifícios a restaurar e à forma de como levar a cabo esse mesmo restauro. Pela primeira vez a entidade Estado assume a responsabilidade na defesa dos monumentos e edifícios de interesse nacional.



Figura 1. G. B. Piranesi – Os templos de Paestum em 1778. Fonte: BENEVOLO, L. (2001) – História da Arquitectura Moderna. São Paulo: Editora Perspectiva, p.25.

A Revolução Industrial proporcionou a consciência da sociedade relativamente aos valores históricos. Em pleno palco de inovações ao nível científico e tecnológico, desenhando a modernidade, nasce a vontade de manter os laços com o passado, valorizando e cultivando o conceito de monumento. Pela primeira vez a arquitectura é interpretada para além do seu carácter funcional, através de aspectos como o simbolismo, a estética e a carga histórica dos edifícios. Segundo Françoise Choay, “A Revolução Industrial, enquanto processo em desenvolvimento planetário, concedia virtualmente ao conceito de monumento histórico uma conotação universal, aplicável à escala mundial.” (2008). O desenvolvimento tecnológico, a par das Ciências Humanistas, da redescoberta das civilizações clássicas e da evolução do conhecimento arqueológico, despertou, assim, na sociedade, a sensibilidade pelos valores da história, postos em causa pela modernização. O mundo via nascer o debate sobre o Restauro e o Património.

No início do segundo quartel do século XIX, formou-se, em França, a Comissão dos Monumentos Históricos, com o objectivo de classificar, inventariar e preservar os edifícios considerados de valor nacional. Ao serem considerados como testemunhos essenciais para a história da nação, entendia-se que deveriam ser recuperados de tal forma que reflectissem, de modo inequívoco, a época em que foram construídos. Surge, assim, a teoria do Restauro Estilístico, Intervencionista, através da qual se defende que qualquer monumento deveria ser despojado de todos os elementos que lhe foram acrescentados ao longo da sua vida. Pretendia-se que o monumento fosse restaurado ao estilo da época da sua origem, apagando todos os registos a que havia sido sujeito posteriormente. Esta doutrina, protagonizada, em grande parte, pelo francês Viollet-Le-Duc, generalizou-se pelos restantes países europeus, com excepção de Inglaterra, cuja doutrina adoptada seria exactamente antagónica a esta primeira – O Restauro anti-intervencionista. Esta postura relativa aos edifícios históricos tinha como

protagonista John Ruskin, que defendia que o homem não tem o direito de tocar nos monumentos do passado, sendo que qualquer intervenção necessária deveria ser imperceptível. Esta postura defende a não intervenção e exacerba a beleza da ruína, fazendo a sua apologia (Fig.2 e 3).

Consideradas demasiado radicais, estas doutrinas deram origem ao debate e ao surgimento de novos pontos de vista.

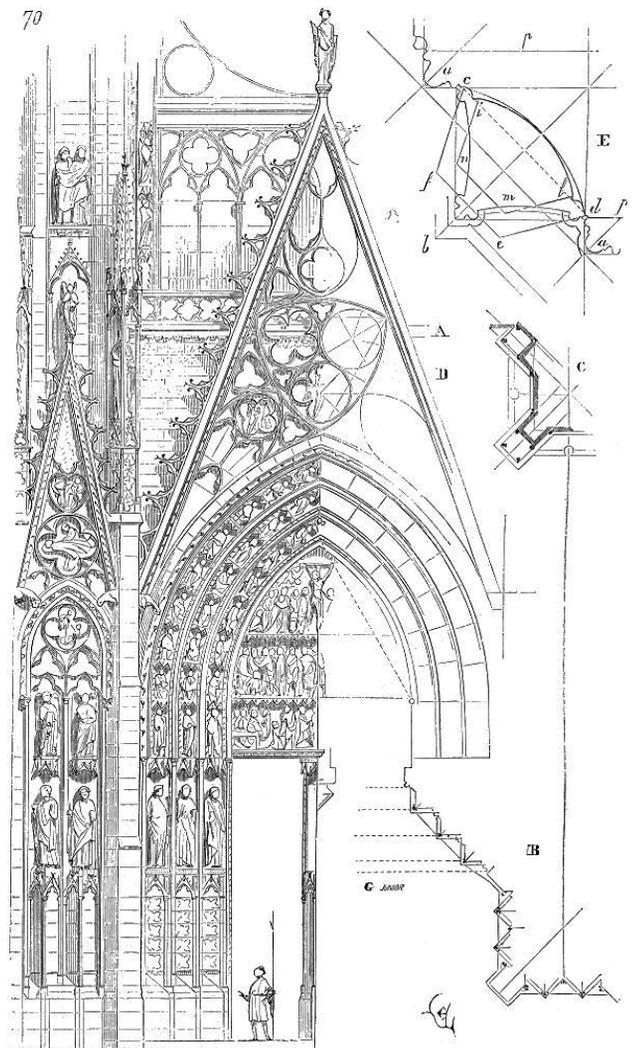


Figura 2. Viollet-Le-Duc - Porte de la Cathédrale de Rouen. Fonte: VIOLLET-LE-DUC, E. (1856) -Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle: [S.l.: s.n.] Disponível em www.commons.wikimedia.org

Em 1931, a Carta de Atenas aparece como o primeiro documento a definir as bases para uma estratégia de conservação de edifícios, que mais tarde deram origem ao aparecimento de diversa legislação relativa à salvaguarda do Património. Desta Carta destaca-se a referência à necessidade de manter a funcionalidade dos edifícios, garantindo a sua continuidade. Um edifício sem uso é um edifício que rapidamente entra em estado de degradação. Com base na Carta de Atenas, surge a Carta do Restauro Italiano, da autoria de Gustavo Giovannoni, que introduz no debate novos conceitos como a preocupação pela protecção do espaço que envolve o monumento.

A Segunda Guerra Mundial deixou a Europa com grande parte do seu Património edificado degradado, pelo que se tornou necessário, de forma rápida e eficaz, restaurar e reconstruir edifícios e parcelas de cidades, estabelecendo-se, assim, uma ruptura com as linhas de actuação anteriormente existentes. As práticas adoptadas deram origem a opiniões discordantes, pelo que se tornou necessário repensar as teorias do restauro.

No debate sobre as posturas de intervenção, vai estar Cesari Brandi, que considera excessiva a importância atribuída ao carácter histórico dos edifícios, em detrimento do seu carácter artístico, o que dificultava a sua leitura enquanto obra de arte. No seguimento desta reflexão, Cesari Brandi redigiu, em 1963, a “Teoria do Restauro”, documento fundamental que estabelece a distinção entre valor histórico e valor estético dos edifícios. No mesmo documento, defende ainda a importância em manter os acrescentos, sobrepostos ao edifício, enquanto testemunhos do percurso de vida do edifício.

Do Congresso Internacional de Arquitectura e Técnicas dos Monumentos Históricos, realizado em 1964, resulta a Carta de Veneza, sobre a conservação e restauro de monumentos e sítios, que define os princípios orientadores sobre a protecção do Património, alargados ao espaço urbano. Este documento contribui ainda para a ideia de significado cultural do património, defendendo a extensão do seu conceito às obras



Figura 3. Jonh Ruskin - Part of the Façade, San Michele, Lucca.
Fonte :HEWINSON, R. (2000) - Ruskin, Turner and the pre-Raphaelites: [S.l.: s.n.] Disponível em www.commons.wikimedia.org

consideradas mais modestas, de arquitectura vernacular que, com o tempo, adquiriram um valor cultural relevante.

Em 1975, a Carta de Amesterdão vem defender o alargamento do conceito de Património a pequenos conjuntos urbanos, considerados, na relação entre si, significativos e relevantes para a definição do carácter das cidades. São edifícios que, no seu conjunto, se consideram essenciais para a definição da memória colectiva e da identidade da cidade e, por esse motivo, devem ser preservados de forma a chegarem a gerações futuras no seu estado mais original. Da Carta de

Amsterdão nasce a implementação de medidas e normas comuns ao nível Europeu, com vista a uma conservação urbana integrada.

O Turismo Cultural tem como objectivo geral o conhecimento de monumentos e sítios históricos, contribuindo para a salvaguarda e manutenção do Património. A Carta de Turismo Cultural consiste num conjunto de medidas que o ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios) adoptou em 1976, com o objectivo de garantir a preservação, conhecimento e apreciação dos monumentos e sítios que fazem parte do Património da Humanidade.

O Turismo Cultural, tão em voga hoje em dia, é um instrumento que utiliza o Património como motor de desenvolvimento de um determinado lugar, estabelecendo uma rede de dinâmicas que contribuem para o desenvolvimento sustentável desse mesmo lugar. A Carta de Turismo Cultural chama ainda a atenção para os efeitos negativos da utilização descontrolada dos monumentos e sítios, bem como para uma gestão integrada, com o objectivo de proporcionar um crescimento sócio-económico equilibrado que não ponha em risco a preservação do património.

O recente projecto da Rota do Românico do Vale do Sousa (RRVS) é um bom exemplo da promoção do Turismo Cultural. O projecto tem como objectivo a requalificação dos monumentos românicos existentes, associada ao desenvolvimento sustentado da região do Vale do Sousa, um território com carências a vários níveis, nomeadamente no que diz respeito ao desordenamento da ocupação do espaço e aos défices de um planeamento integrado. Abrangendo os vários concelhos integrantes do Vale do Sousa como Lousada, Penafiel, Paços de Ferreira, Felgueiras, Paredes e ainda Castelo de Paiva, a RRVS associa a recuperação dos edifícios românicos espalhados pelo território à divulgação do Património existente na região. Pretende-se, assim, estabelecer uma rede de outros valores culturais, nomeadamente a paisagem, o património cultural, os eventos sócio-culturais e os produtos locais, com vista a

um turismo activo que deles pode usufruir, e que, por sua vez, garante a continuidade do processo. Pretende-se, assim, estabelecer as condições para desenvolver o turismo que, através de uma gestão controlada, origina um retorno de efeito positivo na vida social, cultural e económica da região.

Em 1994, no Japão, surge a carta de Nara, na linha de pensamento da Carta de Veneza. No sentido de flexibilizar a interpretação de doutrinas, que pretendem ter um carácter universal, a Carta de Nara acrescenta à de Veneza o sentido da relatividade quanto à interpretação e intervenção no Património edificado. O novo documento defende que a autenticidade pode ser atribuída pelos mais variados factores, como a técnica, a forma, os materiais ou as tradições.

O significado do conceito de Património foi alargado, passando a abranger não só o monumento histórico, mas também os núcleos edificados e a paisagem, tendo em conta valores não palpáveis como a afectividade e a memória. As várias cartas de salvaguarda do Património foram crescendo em complexidade, e as grandes questões que se colocam a quem nele intervém são uma realidade revisitada. Aceitando que, conforme nos diz a Carta de Veneza do Património, também as obras mais modestas podem adquirir um significado cultural, entendido como testemunho que contribui para a memória colectiva e conseqüentemente para a identidade de uma determinada comunidade, e revisitando a Carta de Nara que introduz a questão da autenticidade, defendendo que o património pode ser imaterial, então o entendimento e a intervenção no património estão sujeitos a parâmetros subjectivos, como o respeito e a sensibilidade, conceitos que na sua origem, não têm um carácter universal.

O debate abre novos caminhos de pensamento, sendo que o caminho certo poderá estar exactamente no debate, aceitando com seriedade e respeito a responsabilidade de uma intervenção. Uma actuação no património edificado exige a contribuição de várias disciplinas, não só ligadas à arte, mas também à ciência. Só através da interacção entre arquitectos, arqueólogos,

engenheiros e antropólogos, entre outros especialistas, é possível intervir conscientemente e de forma sustentada. Assim, embora existam parâmetros mais ou menos definidos para actuar sobre o património, eles não são estanques ao nível da prática, pois cada edifício ou conjunto de edifícios tem uma essência e um significado próprio.

Um edifício é um organismo vivo em constante mutação devendo ser respeitadas todas as épocas de construção que nele se foram manifestando, com um sentido crítico, interpretando e trazendo à luz os elementos que respeitam e desrespeitam o espírito do edifício. Chamamos-lhe espírito por não ser palpável, por ser o que está nos interstícios da forma. O espaço vazio está repleto de simbolismo, relativamente ao qual uma intervenção deve dar continuidade. Considerando um edifício como elo de ligação ao passado, através do qual se constrói uma identidade, então destruir o seu significado produz uma perda irreparável. À disciplina da arquitectura, ao serviço da salvaguarda do Património, exige-se uma interpretação e uma intervenção sensível à autenticidade, ao percurso de vida do edifício, dando continuidade ao seu significado, escrevendo mais uma página na sua história e não reescrevendo-a. À arquitectura cabe, a par da resolução das patologias e danos físicos, através do conhecimento das técnicas tradicionais e a aceitação do contributo de novas técnicas e materiais, desenhar a funcionalidade, respeitando a essência garantindo assim a sua longevidade.

O acto de reabilitar que se assume como o processo pelo qual se recupera a habitabilidade adquire, nos dias de hoje, uma importância extrema. No caso específico dos núcleos históricos que os erros do não planeamento se incumbiram de desertificar, dar continuidade à vida dos edifícios é entendê-los no conjunto do qual são parte integrante e atribuir-lhes uso, com vista à humanização e não à musealização e à cristalização. A arquitectura vive da sua interacção com o ser humano e só existe nessa mesma condição.

Apesar de alguns esforços nesse sentido, a prática das teorias da salvaguarda do Património é, em Portugal, e nomeadamente no que diz respeito aos centros históricos, ainda insuficiente. Existem alguns casos dignos de destaque, como o exemplo da recuperação do centro histórico de Guimarães, que alia o restauro e a conservação à humanização, reabilitando, assumindo a linha de tempo que liga a cidade medieval à cidade moderna. Recuperar um núcleo histórico, urbano ou rural, implica, também, este conceito de reabilitar, de dar uso segundo um projecto de intervenção de rosto humano. O turismo nunca deve ser encarado de forma isolada, mas sim numa gestão de dinâmicas integradas com vista à fixação e à qualidade de vida daqueles que habitam esses centros históricos.

Contrapondo esta posição vamos assistindo, em muitos casos em Portugal, à política do “fachadismo”, promovendo-se um carácter falso da história ao serviço de uma sociedade economicista e materialista. Nas grandes cidades, como Lisboa e Porto, vamos assistindo perplexos à multiplicação de quarteirões históricos transformados em condomínios fechados, desrespeitando totalmente a lógica das tipologias características do cadastro da cidade, assim como da sua vivência. Estas intervenções que mantêm as fachadas de um conjunto de edifícios e esvaziam o seu miolo para a criação de um espaço auto-suficiente, independente das suas amarrações urbanas, em nada contribuem para a dinamização e humanização destes lugares. São as novas ilhas, desta vez dirigidas às classes mais altas, em que a vivência que promovem nada tem que ver com cidadania. Constituem, assim, posturas completamente antagónicas ao significado dos espaços, do seu espírito de lugar, que só existe enquanto espaço de encontros e partilhas sociais. Essa é a identidade dos centros históricos e é desta memória afectiva e colectiva que falamos. O tempo escasseia e urge dar um novo sentido à política de intervenção nestes locais, que ao invés de desumanizar, criando guetos autónomos, deve criar condições para devolver a vida à cidade, reabilitando os seus conjuntos edificados, abrindo os seus espaços intersticiais ao uso público,

potenciando a sua apropriação, num conjunto de dinâmicas que devolvem um sentimento de pertença. Os lugares tornaram-se espaços de passagem, vazios na sua essência. Este facto não se consegue combater com atitudes isoladas que, apesar de válidas, não têm força suficiente para combater a desumanização. Também aqui reside a degradação do património que, expectante, aguarda por uma intervenção sensível ao seu significado.

Reafirma-se aqui a história como ponto de partida para o desafio da intervenção no património edificado. A arquitectura, a par das

outras disciplinas directamente afectas a esta questão, tem a responsabilidade e o compromisso de dar continuidade à vida dos edifícios históricos, de salvaguardar a paisagem natural e humanizada, para que o homem das gerações futuras revise o Património, o reinterprete e redescubra os seus significados, acrescentando-lhe no seu tempo, a sua temporalidade.

Desafiemo-nos a ver aquilo que está para além do material e redescubramos o significado das coisas.

Bibliografia

- AGUIAR, J. (2005) - *Cor e Cidade Histórica*. Porto: Publicações FAUP, p.649.
- ALÇADA, M. (2005) - Inventariar para Preservar. In *A Intervenção no Património Práticas de Conservação e Reabilitação*. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, p.79-88.
- AZEVEDO, C. (2005) - Construir um novo Património Regional – A Rota Românica do Vale do Sousa (RRVS). In *A Intervenção no Património Práticas de Conservação e Reabilitação*. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, p.159-183.
- BENEVOLO, L. (2001) - *História da Arquitectura Moderna*. São Paulo: Editora Perspectiva, p.813.
- CHOAY, F. (2008) - *Alegoria do Património*. Coimbra: Edições 70, p.306.
- TOMÉ, M. (2002) - *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: Publicações FAUP, p.494.